

DIAGNÓSTICO

Com a criação da Secretaria em 2013 os trabalhos, políticas e projetos referentes à acessibilidade do município receberam um novo olhar.

A partir de março de 2014 a Secretaria desenvolveu um trabalho intenso de vistorias e fiscalização dos edifícios próprios do município e a compilação destes dados gerou um banco de dados nomeado “índice municipal de acessibilidade dos próprios”, IMAP.

Este banco de dados fornece uma boa amostragem que identifica o enorme déficit em relação a acessibilidade arquitetônica existente no município.

A secretaria não dispõe de um banco de dados referente à calçadas, guias rebaixadas ou edifícios de uso público/coletivo acessíveis uma vez que, segundo a legislação municipal, são os responsáveis técnicos das obras/projetos que devem assegurar condições de acessibilidade, conforme o decreto federal 5296 de 2004 nos casos de edifícios privados e calçadas, e a execução do rebaixamento de guias ocorre de forma não sistematizada.

Fornecemos então nosso banco de dados com a relação dos próprios municipais já vistoriados pela equipe da Coordenadoria de Acessibilidade Arquitetônica do DPIA – SMPD, das secretarias de Assistência, Cultura, Educação, Esporte e Lazer, Saúde, Segurança e os Terminais da Emdec.

POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Das ações desenvolvidas e planejadas pela Secretaria, vale a pena destacar algumas que estão relacionadas mais diretamente ao Plano Diretor.

A Secretaria desenvolve atualmente planos para inserção política do tema “acessibilidade arquitetônica” nas leis, diretrizes e planos do município. Pensando na atual revisão das Leis de Uso e Ocupação do Solo do município, é intenção da Secretaria que sejam enfatizadas as leis, decretos e normas de acessibilidade junto das leis urbanísticas, mostrando a importância e a consideração que esta Prefeitura deseja para o tema.

Nesse mesmo sentido, estão em desenvolvimento o “Plano Municipal de Calçadas” e o “Plano Municipal de Acessibilidade”.

O plano de calçadas tratará de enfatizar as diretrizes do código de obras para a execução de calçadas e passeios públicos, assim como divulgar a importância deste espaço na construção do ambiente urbano da cidade com qualidade e acessível a todos e estabelecerá a adequação sistemática das calçadas dos próprios públicos municipais.

Quanto ao plano de acessibilidade, o foco é a mobilidade urbana e as ações intersetoriais necessárias à garantia da acessibilidade no município, este plano tem como principais objetivos garantir a acessibilidade no ambiente urbano de Campinas. Isto se dará através de calçadas regulares, bem sinalizadas e com travessias em nível; meios de transporte públicos adaptados às diversas deficiências; sinalização e comunicação urbana, dos equipamentos públicos e dos de uso coletivo adaptados e acessíveis; equipamentos, áreas e edifícios públicos acessíveis, além de ações pautadas no conceito de cidade inteligente, que usa a tecnologia para universalizar a informação e os equipamentos e serviços, dentre outros.